

*O Iepes do Rio Grande do Sul: “guarda-chuva”
institucional e “universidade política” para os
militantes de esquerda durante o regime militar*

ELIANA T. REIS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este artigo busca apreender alguns elementos do processo mais amplo de produção de novos recursos de luta política nos anos 60 e 70 no Rio Grande do Sul. Nesta conjuntura singular para a análise dos processos de re-configuração dos “espaços de poder”, o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes) do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) gaúcho se constituiu em uma instância privilegiada de discussão política e intelectual, sobretudo, para os jovens militantes que inauguravam seu engajamento político institucional neste momento. Acredita-se que a formação, condução e modos de inserção neste canal de atuação são reveladores da intersecção do mundo político e intelectual, dos usos destes registros para a afirmação na arena pública e da emergência de novos arranjos resultantes das dinâmicas de engajamento na “luta contra ditadura” e das transformações no âmbito universitário.

Palavras-chaves: *juventude, intelectualidade e política.*

RÉSUMÉ

Cet article vise à saisir les processus de production des ressources nouvelles de dispute politique au tournant des années soixante/soixante-dix. Dans une conjoncture plus large de redéfinition des manières de faire de la politique, l’Institut d’Études Politiques, Économiques et Sociales (IEPES) du Mouvement Démocratique Brésilien (MDB) de l’État du Rio Grande do Sul est une petite structure de réflexion qui se trouve pris dans ces

tentatives de redéfinition des “façons de gauche” de faire de la politique. Les ambitions affichées renvoient à des registres différents, surtout, intellectuel et politique. Les pratiques et modes d’existence politiques du IEPES signalent une mobilisation de ces registres et une lutte pour leur inscription au sein du parti, par exemple par l’organisation de colloques. La compréhension du processus de légitimation des “nouveaux hommes politiques” et des leurs compétences suppose de saisir les conditions qui vont autoriser ces jeunes hommes politiques du IEPES à jouer de façon différenciée avec les registres intellectuel et politique.

Mot de passe: *jeunesse, intellectualité et politique.*

ESTE ARTIGO SE DEDICA A UMA DAS PRINCIPAIS INSTÂNCIAS de engajamento da “juventude emedebista” gaúcha durante a década de 70: o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes) do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Visando, em uma pesquisa mais ampla, a observar as condições e os repertórios discursivos de afirmação de jovens militantes na arena política institucional¹, o Iepes se constituiu em alvo privilegiado de análise por contemplar uma gama de militantes situados em distintas organizações e correntes ideológicas, por refletir a relevância das interferências entre o espaço político e o espaço intelectual nos processos de afirmação de notoriedades, e por ter retrospectivamente se constituído como uma “marca geracional” para os envolvidos.

Caracterizando-se, então, como um espaço de condensação, de trânsito entre diferentes instâncias e de disputa entre grupos, o instituto de estudos do partido oposicionista gaúcho se notabilizou como um vetor de comunicação entre as vozes de oposição (políticas e intelectuais) e transformou-o em referência comum para uma “geração”. Tais elementos sinalizam sua importância para a compreensão de um período da história política gaúcha e também nacional.

No que tange à opção de “fazer política” através de canais abertos pelo MDB, cabem algumas considerações sobre as formalizações operadas pelo partido no intuito de apresentar a importância destes espaços. Para tanto, utiliza-se um documento do partido intitulado “O M.D.B. Aproximando o Futuro”, publicado em 24 de agosto de 1975 com a aprovação da “Convenção Regional do partido”, no Rio Grande do Sul, realizada nesta data em Porto Alegre e encaminhada à “Convenção Nacional” realizada em setembro do mesmo ano. Ocasão em que o então deputado Pedro Simon² fora reeleito Presidente do Diretório Regional gaúcho do MDB, com 562 votos dos 565 delegados presentes (jornal *Movimento* de 01/09/75: 5).

Neste documento, é possível detectar que a preocupação norteadora das deliberações era a de “aprofundar a unidade de ação partidária”, afirmando a necessidade de intensificar a “atuação de órgãos multiplicadores do debate das teses partidárias nos campos econômicos, políticos e sociais”. Com esse objetivo, é enfatizada a urgência de estruturação nacional, estadual e municipalmente do Setor Jovem, do Setor Feminino, do Setor Trabalhista e do Iepes, entendidos enquanto “organismos de apoio [que] abrangem áreas nevrálgicas da vida nacional, cuja importância se faz crescente no mundo contemporâneo” (p. 12). Nota-se que os referidos setores e instituto são estimulados como pontos de mediação/intervenção do universo político com as demais esferas sociais.

Desses quatro canais institucionais de engajamento oferecidos pelo partido, o Iepes e o Setor Jovem se destacaram pela efervescência dos debates, atividades e posicionamentos promovidos.

Memória, Formação e Contemporaneidade: o Iepes e os novos quadros públicos gaúchos.

O INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (Iepes) nascera da iniciativa de um conjunto de indivíduos provenientes dos meios universitários (professores recém-formados e alunos de economia e sociologia) que objetivavam oferecer um *locus* de debate entre intelectuais, políticos, estudantes e professores universitários. Para a direção do partido, a “missão” primordial do instituto era a de “atualização e popularização doutrinária”. No documento de 1975, o Iepes é caracterizado nos seguintes termos:

[Como uma] organização [que] que possui uma missão precisa que vem sendo fielmente cumprida: a de firmar-se como uma verdadeira universidade política do pensamento partidário, para atingir todas as classes e instituições sociais. Cabe-lhe a promoção e organização de conferências e seminários, bem como a articulação com os diferentes níveis da classe universitária e estudantil em geral, tornando-se, assim, o elemento dinâmico da elaboração doutrinária do Partido. Compete-lhe trazer para a organização o pensamento de professores, técnicos, especialistas para impulsionar o mais amplo debate dos problemas partidários, através inclusive de elementos não vinculados ao M.D.B (“O M.D.B. aproximando o futuro”, 1975:11).

Com a ativação e coordenação de André Cecil Forster³ durante todo o período de funcionamento, a conquista de visibilidade e a obtenção da

consagração do Iepes devem-se fundamentalmente aos seminários organizados com a participação dos intelectuais de maior destaque nacional naquele momento, a grande maioria membros do Cebrap. Soma-se a isso, o caráter de formação política assumida e o reconhecimento deste lugar como oportuno para o embate entre militantes oriundos das mais variadas correntes políticas. O núcleo inicial articulado em torno do Iepes era composto essencialmente por membros advindos do meio universitário. A convivência acadêmica e política neste ambiente e as influências dos debates intelectuais nacionais, bem como suas modalidades de manifestação, guiaram as aspirações em constituir um espaço de interlocução intelectual e política que extrapolasse os limites da universidade e com potencial de intervenção nas decisões partidárias.

Em 1971, existia na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente relacionado ao diretório acadêmico da economia, um grupo de jovens recém-formados, ou estudantes de economia ou sociologia, que se reuniam para discutir questões referentes à formação e/ou condições econômicas, políticas e sociais brasileiras e questões condizentes à teoria e práxis marxistas. O marxismo aí se apresentava como o universo de proposições a ser revelado e a síntese das aspirações coletivas.

Na conformação entre estas duas ordens de “anseios” (interpretar o marxismo e transformá-lo em instrumento de luta política), os diferentes militantes justificavam o horizonte das suas preocupações. Na “compreensão aplicada” dos pressupostos marxistas, o cabedal de trabalhos produzidos pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisa) e por economistas como, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, compunham os instrumentos de entendimento da realidade privilegiados por eles.

Os depoimentos que seguem foram extraídos de entrevistas realizadas durante o ano de 2000 com as principais lideranças da “juventude de esquerda do MDB gaúcho nos anos 70”, visando à realização da pesquisa mais ampla supracitada. Dos fragmentos abaixo se destaca o universo de preocupações que orientava os membros que participavam do “grupo da economia” que compôs a direção do Iepes:

... o estudo do Estado, onde a gente organiza o Estado, foi uma coisa que me fascinou. E aí, então, a necessidade de buscar no socialismo essa coisa de nós organizar um Estado justo, que tivesse todas as contradições da sociedade brasileira, fez com que eu e todo mundo fôssemos estudar uma organização de sociedade socialista, no marxismo em especial. Então nós tínhamos um grupo de discussão na UFRGS. Nós éramos meninos, 19, 20, 21 anos e na luta contra

ditadura, na busca de uma sociedade melhor que a brasileira, a gente tava tomando conhecimento cada vez melhor da situação, na busca de um conhecimento teórico (entrevista 1: economista, professor universitário, PMDB).

Em 73 nós temos um grupo em Porto Alegre de comunistas, sociólogos, estudantes de economia, sociologia e, jovens recém formados. Eu tinha uma postura crítica em relação ao chamado modelo econômico, social e político brasileiro da ditadura militar, década de 60 e 70. E nós nos propúnhamos a fazer um trabalho de investigação intelectual sobre as características desse regime político, regime econômico de acumulação e tal, e nós tínhamos como referência maior, intelectualmente, o Cebrap que era um dos centros de nível universitário com produção livre, pelo menos aparentemente (entrevista 2: professor universitário, PT).

As duas passagens acima revelam elementos que permitem esboçar o alcance das apreciações de Daniel Pécaut (1990) e, a partir delas, suscitar pistas de interpretação para o universo em questão. Em primeiro lugar, Pécaut salienta a configuração de uma intersecção entre o campo político e o campo intelectual a partir das leituras políticas empenhadas e divulgadas por estudantes. Mais que um esquema de análise, a proliferação de cursos sobre Marx e seus seguidores significavam, no mínimo, uma tomada de posição contestatória ao regime. Este aspecto é claramente regado pelos laços identitários que se estabeleciam entre os aderentes.

Soma-se a isso, a proeminência do saber econômico constituído historicamente e evidenciado na interferência deste conhecimento técnico nas análises autorizadas sobre o social⁴. Pécaut (1990) demonstra as estratégias dos intelectuais de Ciências Sociais (Sociólogos, Economistas e Cientistas Políticos) e os movimentos históricos incidentes na incorporação da dimensão política nas análises sobre a “realidade brasileira”.

Enquanto na década de 60 imperara um “hiperfuncionalismo marxista” em que a dimensão econômica reduzia o papel dos atores políticos e da questão política, nos anos 70 a esfera política conquistava plenamente a singularidade já preservada, segundo o autor, por Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso. A busca da “politização” era empreendida seja pelas “incitações à ruptura radical como as de Florestan Fernandes ou à coalizão das organizações da sociedade civil como as de Cardoso” (Pécaut, 1990:291).

Esse processo envolve a objetivação da “estabilidade da hierarquização do meio intelectual” (idem:294): o meio universitário como espaço por excelência de contestação produzia a “preeminência dos professores universitários” (idem) e deveria se constituir em agente “capaz de gerar os debates próprios da esquerda

para evitar sua fragmentação e decomposição e, ao mesmo tempo, de propor uma interpretação dos acontecimentos que seja assumida pela opinião pública informada” (idem:250) e a “a ascensão da ‘profissionalização’”. Ainda é sublinhado que “a ‘competência’ e o reconhecimento pelos pares é um dos componentes desta hierarquização” (idem: 294).

Reunindo esses aspectos, as “principais figuras do Cebrap” se sobressaíam por levar em conta, ainda, o grande público oposicionista (“camadas cultas leitoras dos jornais ‘alternativos’ ou consumidores de bens culturais... líderes de opinião – dirigentes políticos, tecnocratas e personalidades dos meios de comunicação de massas”), conseguindo reconhecimento tanto no campo científico como no político. O domínio deste conjunto de critérios possibilitava a estes estabelecer seus marcos e colocar em prática “as estratégias visando à organização dos intelectuais” (idem, p.295). Dessa forma:

[...] é a partir de 1969 que Cardoso e o CEBRAP têm uma função maior nas estratégias intelectuais, que se revestem em três aspectos centrais: mediação entre as diversas correntes marxistas e entre as correntes marxistas e não-marxistas; teorização em relação direta com a conjuntura; abertura para as organizações políticas. (Pécaut, 1990:296).

O processo que engendra tais observações é muito mais complexo do que o que é possível descrever aqui, no entanto essas considerações apontam as condições de eficácia das formulações oferecidas por “personalidades intelectuais” ao público universitário de esquerda no Rio Grande do Sul. Mesmo que eventualmente questionadas essas construções têm presença confirmada na agenda oposicionista gaúcha. Ainda que apenas um “parêntese” no fluxo da descrição já iniciada, alguns aspectos que conformam a eficiência dos trabalhos do Cebrap na definição da agenda de problemáticas pertinentes no engajamento político durante o processo de democratização podem ser confrontados com a atuação do I Iepes e, por este intermédio, delimitar uma fonte de referências para os “jovens de esquerda” no RS.

Segue-se então a exposição dos relatos que reconstituem a configuração do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do MDB e que corroboram as afirmativas precedentes.

Convém acentuar que o propósito mais geral é situar os espaços de atuação política da “juventude” do MDB gaúcho nos anos 70. O fato de se estar trabalhando com entrevistas permite indicar neste mapeamento, a partir dos objetos discursivamente organizados e que emergem nas narrativas com o filtro

da memória, as informações que se articulam numa operação de exclusão/inclusão que cercam as fronteiras de constituição de uma idéia de “geração”⁵. Portanto, os depoimentos não são utilizados como averiguação na busca da “verdade dos fatos”, o que seria, no mínimo, uma estratégia de posicionamento num embate do qual não se participa. Eles são lidos, isto sim, como versões que encerram lógicas próprias de um universo de argumentações que construíram, constroem e reconstróem uma dinâmica de atuação política⁶.

Sendo assim, a partir dos debates travados no “grupo da economia” e da aproximação existente com a cúpula partidária que teria surgido a idéia de formar uma espécie de “cebrapinho”, isto é, um lugar de formulação teórica, informado pela conjuntura, nos moldes do centro paulista que já referenciava as discussões do grupo. Intervém nesta imagem Miguel Bodea, intelectual gaúcho, assessor do MDB na Assembléia Legislativa nos anos 70, que propõe a organização do centro no interior do partido tal como existia para a Social Democracia Alemã:

O André [Forster] foi pra lá [Assembléia Legislativa, trabalhar com o Pedro Simon] foi uma forma de ter um emprego, um emprego que tinha cobertura política e como forma de agregar aquilo que eu estava chamando na época de cebrapinho. A idéia era fazer um cebrapinho... A idéia do ‘cebrapinho’, a que foi a minha idéia original, minhas conversas com o Miguel evoluiu quando ele viu a minha proposta veio falar que existiu um negócio chamado Friedrich Ebert da Social Democracia Alemã... a grande coisa é fazer o tal do ‘cebrapinho’, fazer mesmo dentro de um partido político, dentro do MDB, aí a idéia que eu tinha tido em relação ao André. Aí então a idéia de se constituir uma entidade, com personalidade política própria, associada ao centro de estudos políticos, econômicos e sociais (entrevista 2: professor universitário, PT).

Evidencia-se no fragmento acima a reconstituição do que seria o processo de amadurecimento da concepção do instituto. Nesta reconstituição, Forster aparece como o vínculo partidário necessário para a execução da idéia, e este vínculo propiciado pelo cargo ocupado ao qual foi indicado pelo autor da “idéia original”. Na seqüência da narrativa, uma rápida alusão que justificaria a administração desempenhada por Forster: “O André que tinha uma visão organizacional, também porque ele era presidente da associação dos sociólogos”.

A importância adquirida pelo Iepes se manifesta na reivindicação de paternidade da concepção inicial pretendida pelo entrevistado. Contudo, nos depoimentos coletados não há indícios de disputas sobre a autoria da idéia. A versão predominante e que resistiu ao tempo identifica não só os méritos na administração do instituto como também da criação na figura de André Cecil Forster.

Aliás, para o conjunto dos entrevistados, o Iepes seria o resultado do encontro de Forster com Simon. A imputação ao primeiro dos empreendimentos inaugurais nesse sentido aparece não dissociada das condições disponíveis para ele naquele momento.

Por um lado, pelo trânsito partidário, por estar trabalhando dentro do MDB ao lado da principal liderança parlamentar do partido e, por outro lado, pelo trânsito intelectual viabilizado pelo engajamento político estudantil e profissional: foi presidente do centro acadêmico Franklin Roosevelt (antiga filosofia da UFRGS) no final da década de 60, era presidente da associação de sociólogos e possuía contatos com componentes do Cebrap, entre eles, seu maior expoente Fernando Henrique Cardoso⁷.

Salienta-se que, para todos os entrevistados, as referências aos trunfos possuídos por Forster para colocar em obra o IEPES são acompanhadas da identificação em si de recursos similares. Isso se detecta segundo a forma e as justificativas para o convite feito aos demais participantes do núcleo fundador do instituto. Ou seja, uma vez reconhecido o papel de André Forster de articulador e de mediador dos trabalhos desenvolvido naquela instância, os mesmos procuram simultaneamente grifar a posse de atributos (intelectuais e políticos) análogos aos dele.

Essa idéia de criação do IEPES, ela partiu do André, que era um dos poucos caras que tinha passado pelo movimento estudantil nesse período dos anos 60. E como ele começou a trabalhar no MDB como técnico, como sociólogo, aos poucos foi, evidente, se aproximando organicamente do MDB. [fala da participação no grupo da economia] e eu também tinha contatos e trabalhava na filosofia porque estava terminando o meu curso de história. Eu conhecia praticamente todo mundo da geração 64, 65, 66, 67,68. Quer dizer eu era alguém que tinha a memória desse período, então o André nos convidou pra se engajar nessa idéia, nessa proposta (entrevista 3: ex-prefeito de Porto Alegre, PT).

Em 69 fui pra França e fiquei quatro anos lá. Acabei me envolvendo com questões de política brasileira, história do Brasil, economia, que não eram do meu interesse. Acabei me envolvendo com um grupo que publicou uma revista sobre desenvolvimento na América latina, publiquei um artigo que foi bem recebido. Voltei pra cá, uma das vezes que eu tive aqui tinha conversado com o André, era meu contemporâneo de universidade, tava trabalhando com assessoria do MDB, quando voltei, eu o procurei e eles já tinham o IEPES funcionando, sempre aos sábados, lá na Assembléia (entrevista 4: professor universitário, Secretário de Planejamento do governo PMDB/RS).

A ênfase dada ao papel de André Forster é também compartilhada por outros militantes que não participavam da direção do Iepes e, inclusive, atuavam em municípios do interior do Rio Grande do Sul como Santa Maria, Caxias e Pelotas:

O André era dotado de um vigor intelectual, de uma disposição, de uma generosidade também extraordinária e estava numa situação muito delicada, porque ele era o elo de ligação do partido com uma composição e com quadro dirigentes, especialmente seus parlamentares tradicionais, ele era o elo de ligação disso com a esquerda. Então, ele estava o tempo inteiro numa navalha e não podia ultrapassar um certo limite sob pena da experiência [o IEPES] ser soterrado, simplesmente ela ia ser jogada fora dentro do MDB. E por outro lado o posicionamento dele era claramente de sustentação dessas posições de oxigenação do partido. Então, tem gente que diz que o André tinha alguns, algumas posturas de fascinação, de temor, e eu acho que todas essas observações que se possam fazer se devem muito mais à delicadeza do papel que ele cumpria. E ele conseguiu segurar, se sustentar, até que essa geração começou a assumir um papel mais direto nas instâncias partidárias (entrevista 5: jornalista, empresário, PT)

O André era, vamos dizer, de um estamento intelectual, eu acho que ele foi o grande agregador e formador dos grandes líderes políticos que nós temos hoje no Rio Grande do Sul, com uma determinada idade, que tem postos, sejam oriundos da área sindical, sejam oriundos do meio acadêmico, ou sejam até que se tornaram acadêmicos posteriormente. Ou outros que já estavam na atividade política e outros já falecidos (entrevista 6: deputado estadual, PMDB).

O IEPES era o André Forster, e o Forster era uma pessoa bem respeitável. Até eu me vincular à Tendência Socialista, era mais que respeitável, era uma referência, era uma pessoa que eu admirava (entrevista 7: assessor parlamentar).

Os fragmentos chamam a atenção para as imagens difundidas entre diferentes setores da “juventude de esquerda” do MDB no Rio Grande do Sul, do “agregador”, do “intelectual” e da “referência” atribuídas a André Forster. Além disso, vinculam a posse de tais atributos à criação de um espaço para a esquerda (o Iepes) e de condições para a formação de uma “geração” de quadros políticos.

O recrutamento dos componentes do Iepes se deu entre os “quadros” universitários, mas à medida que o instituto intensificava suas atividades, indivíduos vindos de outras experiências políticas (sindicais, ex-militantes da luta armada, secundaristas, trabalhistas, etc.) iam se incorporando. Os entrevistados comungam com a perspectiva de que a principal razão para a inserção neste espaço se devia à possibilidade de interlocução entre a esquerda

política/intelectual com a proteção institucional e/ou pela inviabilidade de utilizar outros mecanismos de intervenção política com vistas à superação do regime imposto. Adiciona-se a isso, a oportunidade de expansão da ação política para um âmbito institucional (ocupação de espaços) como um dos passos que permitiriam o fortalecimento de projetos futuros:

A universidade, o movimento estudantil era voto nulo e branco, não tinha... partido da burguesia e deu. Em 73 nós fizemos a discussão sobre essa questão, ali eu acredito que seja 73, nós começamos a discussão de que o espaço do MDB era o espaço que nós tínhamos que disputar. Lá tinha um contingente de público que era receptivo a determinadas propostas e nós tínhamos que estar lá dentro intervindo (entrevista 8: dirigente do sindicato dos previdenciários e dos sociólogos, s/ vinculação partidária).

O André começou a procurar o pessoal da Universidade pra se engajar com ele. A gente não acreditava muito nisso, ninguém acreditava no MDB, [mas] era um espaço que permitia àqueles tinham estado presos, que tinham estado fora um tempão. Nós tínhamos todo um cuidado pra não ser envolvidos novamente num outro processo. Como a gente precisa de uma espécie de guarda-chuva protetor, de ter um local seguro para se reunir protegido, que não era nenhuma reunião clandestina, fechada, era dentro do poder legislativo (entrevista 3: ex-prefeito de Porto Alegre, PT).

E é um momento muito assim, vivo, né. Porque o ciclo da luta armada estava esmorecendo, porque as derrotas tinham sido muito grandes... Mas uma boa parte da esquerda ainda relutava muito em aceitar que o caminho institucional, a participação nas eleições, parlamentar, da disputa da opinião pública fosse a melhor estratégia de democratização. O Iepes nesse ponto tem, aqui no RS, tem uma função muito importante, porque ele mais ou menos consolidou isso, esse caminho (entrevista 4: professor universitário, Secretário de Planejamento, PMDB).

O Iepes era a alternativa permitida que a gente tinha para fazer política num âmbito além da universidade (entrevista 1: economista, professor universitário, PMDB).

A efetivação do Iepes se dá pela afinidade entre as proposições de Forster (e seu “grupo”) e o aval de Pedro Simon, mas também pela existência de uma lei partidária que tornava exequível para ambos os partidos (MDB e Arena) contar com estruturas de formação política própria, para divulgação da doutrina partidária, entre outros objetivos. É nesta “brecha da lei” que se formalizara o instituto de estudos emedebistas. A presidência formal ficava a cargo do “autêntico” Lindovino Fanton, mas, segundo os relatos, é Forster, com a vigília

de Simon, que conduzia de fato o órgão. Fanton seria a garantia para que a “gurizada não tomasse conta, não fizesse bobagem”, mas acabara se constituindo no “padrinho”, sem nunca interferir na condução dos trabalhos:

O deputado que era tido como patrono do IEPES, era o responsável pelo IEPES, era o Lindovino Fanton, um deputado de Farroupilha. Ele ia lá, trovava, era o padrinho nosso, mas ele não entrava muito em detalhes, não tinha aquelas preocupações do Simon de controle, ele era o nosso padrinho. Tanto é que quando chega nas eleições em que nós vamos votar: vâmo votar no Lindovino Fanton, e nós votamos no Lindovino Fanton (entrevista 8: dirigente do sindicato dos previdenciários e dos sociólogos, s/ vinculação partidária).

As atividades do Iepes eram basicamente de três tipos: reuniões de discussão da conjuntura, seminários com personalidades intelectuais para um público maior e palestras/cursos dos membros do Iepes de Porto Alegre juntos aos Iepes do interior do estado.

A primeira modalidade era constituída de reuniões semanais na sala destinada ao MDB na Assembléia Legislativa, com o número limitado de pessoas que visavam a debater questões conjunturais (locais, nacionais e internacionais), questões de engajamento (teóricas e de intervenção), etc. Estas reuniões chegaram a contar com mais de 40 participantes, sendo que havia uma mesa cujo “assento direto” era destinado às lideranças do Iepes e/ou representativas de algum movimento, tendência ou setor, na expressão utilizada por um entrevistado, de “personalidades mais articuladas”. Estes propunham pautas, defendiam posicionamentos, etc. Ao redor dessa mesa, fileiras de cadeiras onde se acomodavam pessoas do meio sindical, do movimento estudantil, professores universitários, políticos, enfim, pessoas que depositavam expectativas (atribuíam sentidos) naquele tipo de intervenção. Como descreve um dos entrevistados que não pertencia à direção:

Esta mesa era absolutamente e radicalmente democrática, não se marcava tempo das intervenções, se debatia a conjuntura internacional e nacional segundo muitas visões. Esta [mesa] é que dava vida e organicidade ao IEPES (entrevista 9: jornalista, ex-PDT, atualmente filiado ao PT).

Nessas reuniões, organizavam-se grupos temáticos (entre eles: saúde, educação, economia e sindicalismo) responsáveis pela sugestão de textos para discussão que eram publicados nos chamados “Cadernos do IEPES”:

Esses cadernos a gente estudava, discutia, mas quem selecionava e ia passando era o André. Teve até um caderno, não sei que número foi, que o Forster vetou.

Era um caderno não sei sobre qual das internacionais. Saiu da 1ª Internacional, saiu da 2ª, 3ª, não sei se foi sobre a 4ª. Um desse aí o Forster segurou, tava muito. O Simon sempre acompanhou de perto, ver o que tava acontecendo, ele sabia: olha, não pode passar de um determinado ponto (entrevista 8: dirigente do sindicato dos previdenciários e dos sociólogos, s/ vinculação partidária).

Observa-se com o fragmento que havia uma constante negociação entre os “interesses” dos participantes e os “interesses” dos “responsáveis” pela instituição. Os primeiros levavam para dentro do instituto os questionamentos que pautavam suas ações externas a ele e vislumbravam no Iepes a esfera propícia para tal e os demais patrocinavam o confronto entre expectativas, desde que o produto disso estivesse mais próximo da comunhão com os objetivos da direção do MDB de unidade e avigoramento partidário dentro de limites estabelecidos. Pode-se corroborar tal afirmação na passagem a seguir em que a ênfase recai sobre as diferentes inclinações com relação à existência do Iepes:

Nós começamos a participar disso por razões diferentes. O André porque queria fortalecer o MDB, digamos, criar um núcleo mais à esquerda do MDB que trabalhasse com ele, ou que viesse a criar condições melhores pro trabalho deles, ou atrair gente nova pro partido. Nós porque tínhamos outros interesses, queríamos uma proteção, queríamos uma estrutura pra poder atuar, e outras pessoas que não tinham muita definição, mas estavam aí dispostas a fazer alguma coisa (entrevista 3: ex-Prefeito de Porto Alegre, PT).

Na dinâmica interna de funcionamento do Iepes, divergências com relação a temáticas e posicionamentos se refletiam na confecção e apropriação desses cadernos, mas esses, ao mesmo tempo, retratavam o acordo da ordem de problemáticas a serem priorizadas. Dentre os cadernos do Iepes encontrados, alguns são publicações assinadas pelo instituto e dizem respeito à situação e formas de atuação do MDB no cenário político nacional, na sua maioria eram textos já publicados nos cadernos do Cebrap que serviam ou para estimular o debate em torno de alguma questão (sindical, econômica, partidária, etc.) ou eram transcrições dos seminários realizados com intelectuais daquele centro de estudos paulista.

Fica patente a recorrência da idéia de “conjuntura” para demarcar os estímulos do engajamento político e intelectual, tanto de “personalidades” acadêmicas consagradas, como dos “jovens” militantes gaúchos. Por isso, deve-se chamar a atenção para as implicações do uso dessa noção.

Pode-se entender que as avaliações decorrentes da “conjuntura” são o resultado da evocação de dois mecanismos concomitantes: o de descrição e o de prescrição da “realidade”. Ela, então, se compõe de duas dimensões fundamentais: em primeiro lugar comporta a dimensão temporal na qual ocorrem as lutas políticas imediatas, em que se instala uma “memória” política particular, em que se afirma o ritmo geracional que prioriza o novo, a invenção e as descobertas, e, em segundo lugar, ela se define por uma dimensão prospectiva (negando a referência retrospectiva) onde parece haver um relativo grau de previsibilidade do futuro próximo (Fontes, 1997:47). Nesse caso, em um momento de ebulição política como é o de atuação do Iepes, as análises que afloram não só são mais facilmente reconhecidas como “essenciais” como, talvez por esse motivo, são perseguidas como busca de reconhecimento para os personagens e de afirmação dos valores que estruturam o “seu tempo”.

Os seminários, por sua vez, se constituíram na grande marca de existência e contribuição do Iepes para os politicamente engajados nos anos 70. A primeira proposta de realização das conferências feita a Pedro Simon é narrada por todos aqueles que dela fizeram parte e até mesmo os que não estavam presentes se referiram à situação:

Havia uma certa desconfiança [do] Simon que era na época o grande papa, o presidente do partido, o dono do partido, tudo passava por ele. Quando nós fizemos as primeiras propostas pra fazer os famosos seminários com o pessoal do Cebrap, onde estavam o Fernando Henrique, o Weffort, o Chico de Oliveira, o Otávio Ianni, toda essa turma, ele desconfiava muito. Uma vez chegou a apostar com o André de que nós não íamos botar ninguém na Assembléia, ninguém ia participar... nós fomos pedir dinheiro para comprar a passagem para trazer o primeiro painalista... foi quando veio o Fernando Henrique... e o André apostou com ele uma garrafa de uísque de que nós enchíamos o plenário da assembléia, ele nem sabia quem era o Fernando Henrique Cardoso... (entrevista 3: ex-Prefeito de Porto Alegre, PT).

... para trazer o Fernando Henrique, era ele a Conceição e o Chico, e a primeira noite seria com o Fernando Henrique. Aí fomos falar com o Simon, que só ouvia, cachimbava, cachimbava, cachimbava. E aí perguntou assim: vai trazer gente pra cá? O Simon era assim, se tinha público, tinha gente, portanto voto em potencial. Ah! vô trazê, não sei o que, vai encher, vâmo apostar? Vâmo! Ele queria apostar uísque: então tu aposta uísque que a gente aposta cerveja, a aí apresentamos o tal de sociólogo Fernando pro Simon... (entrevista 2 professor universitário, PT).

Das duas passagens citadas pode-se enfatizar dois fatores. Em primeiro lugar, a relevância das formulações de uma geração de intelectuais para militantes que amadureciam sua formação intelectual informados pela conjuntura política

e buscavam intervir nessa conjuntura com os preceitos oferecidos pelas personalidades acadêmicas de notoriedade.

Em segundo lugar, atenta-se para os investimentos preliminares dos intelectuais na arena política. O fato de reconstituírem os movimentos iniciais de aproximação entre os personagens (políticos e intelectuais) evidencia o peso da história sobre os eventos. Essas passagens demonstram uma limitação no trânsito e no aval dado às figuras intelectuais, contudo a sucessão de atividades realizadas com estas “personalidades” graças aos investimentos de jovens militantes que estavam, por um lado, sob os reflexos das elaborações difundidas no âmbito acadêmico e inserção dos intelectuais no “mundo político e, por outro lado, buscavam uma via institucional de intervenção e constituíram um bloco de atuação conjunta. Além disso, quando confrontadas com outras passagens nota-se que posteriormente essa relação é concebida com base nos sentidos acumulados no tempo, referindo-se aos personagens seguindo a notoriedade que desfrutam hoje.

Apesar da “desconfiança”, o “aval” à atividade revela a percepção, por parte do político, do potencial mobilizador existente naquele investimento, e o resultado do primeiro seminário confirma a força de recepção das análises da *intelligentzia* brasileira:

[...] quando teve a primeira palestra o Simon brincou com o Forster: tudo bem, eles financiavam coisa tal, não ia ter ninguém. A direção do MDB, Simon e companhia limitada, eles caem do cavalo quando vêem o público que nós botamos lá dentro. E aquilo ali passou a ser um fato político, aqui dentro de Porto Alegre, as conferências do IEPES, era um negócio assim, uma repercussão [...] (entrevista 8: dirigente do sindicato dos previdenciários e dos sociólogos, s/ vinculação partidária).

Houve um tempo que se reuniam mil pessoas no plenário da Assembléia e três mil pessoas do lado de fora ouvindo por alto-falantes... A primeira vez que o Fernando Henrique veio à Porto Alegre, sua primeira palestra, ele foi aplaudido de pé na primeira frase, e a primeira frase eu lembro até hoje. Personalidade, abriu o discurso dizendo: senhoras e senhores, toda a minha ideologia se contém nesta mão! [imita o gesto levantando a mão esquerda com o punho fechado]...Chegaram a se inscrever quatro, cinco mil pessoas nesses seminários (entrevista 9: jornalista, ex-PDT, atualmente filiado ao PT).

[...] começou aquele ciclo de palestras que era, na verdade, trazia gente pra nos enriquecer, sob o ponto de vista, intelectualmente, na proposição que a gente tinha de uma sociedade mais justa e tal, na luta contra a ditadura. O que nos unia basicamente era a luta contra a ditadura (entrevista 1: economista, professor universitário, PMDB).

O sucesso do primeiro seminário e o ciclo de palestras promovidas pelo Iepes /MDB confirma a afluência dos preceitos concebidos com o rótulo acadêmico no âmbito das concepções e intervenções políticas. José Álvaro Moisés, Paul Singer, Bolívar Lamounier e Darcy Ribeiro também estão (ao lado de Weffort, Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso) entre os sempre referidos pelos entrevistados.

O desenvolvimento do Iepes expressou-se igualmente na organização, em 1976, de uma espécie de curso para prefeitos e vereadores com base em um documento chamado “O MDB e a Ação Municipalista” com repercussão nacional, com “teses” sobre “as eleições de novembro, os programas da oposição no poder municipal e a participação popular no governo das cidades”, conforme foi publicado no jornal *Movimento* de 20/06/76, (p. 4 e 5). Uma semana depois (28/06/1976) é publicado no mesmo jornal (na página 3) o artigo de Miguel Bodea “O que fazer nas prefeituras?”, escrevendo como membro do Iepes⁸.

A terceira modalidade de engajamento dos membros do Iepes é a participação em cursos/seminários promovidos em colaboração com os Iepes formados no interior do Rio Grande do Sul. Nesses locais, o significado e o formato das atividades variavam um pouco, contudo permanecia a idéia de um espaço de elaboração intelectual/política e formação de quadros. Podem-se evidenciar tais fatos mediante dois relatos de membros do Iepes, membros da juventude do partido e vereadores eleitos na eleição de 1976 nas cidades de Caxias do Sul e Pelotas:

Eu participava do IEPES em Caxias do Sul. Mas o nosso Iepes lá era um pouco diferente daqui. Enquanto que aqui o IEPES tinha mais essa dimensão, vamos dizer, intelectual, de grande discussão e debate político, nós fazíamos em Caxias um pouco diferente. (...) Eu acho que o [IEPES] de Caxias era um pouco mais popular, mais abrangente, até porque a política era diferente. Talvez porque o grupo que dirigia ou que participava mais efetivamente do IEPES lá, era também o grupo que participava do Setor Jovem, lá. Lá tinha o caráter mais de promoção do que de agregação (...) Achamos que devíamos fazer, através do IEPES, ações políticas mais avançadas que as do Setor Jovem. As do Setor Jovem era de trabalhar. Também era de discussão, discutir partidos políticos, formação histórica do Brasil, mas o Iepes lá ia na base da promoção, um dia trazia dois, três palestrantes aqui da capital, pra discutir o modelo de desenvolvimento brasileiro, o milagre brasileiro, etc., etc. Nós chegamos a levar pra Caxias até o Bolívar Lamounier (Entrevista 6: deputado estadual, PMDB).

Continuei com a minha atividade estudantil no curso de agronomia e no diretório acadêmico e paralelamente no Setor Jovem do MDB, e passei a integrar o IEPES, que era uma espécie de um braço dos setores pensantes do MDB, da

intelectualidade do MDB. No Rio Grande do Sul, o senador Pedro Simon apoiou a criação do IEPES para que a esquerda tivesse um espaço para formular propostas e onde a esquerda atuava numa forma mais de discussão política. Porque o MDB era um partido bastante heterogêneo, forças políticas desde setores liberais até a esquerda. Então a esquerda, pra poder ter um espaço maior, organiza o IEPES (...) (Entrevista 10: vereador, PSDB).

Quanto à organização do Iepes, os relatos enfatizaram a existência de uma presidência apenas do ponto de vista formal, uma vez que a condução direta das atividades era feita por um mediador (André Forster) e a liderança parlamentar (Pedro Simon). Ao mesmo tempo, sublinham a existência de uma direção informal (“personalidades articuladas” com assento direto na mesa das reuniões) que indicavam temas para discussão e encaminhamentos (inclusive para a realização dos seminários) e a decisão final era tomada em assembléia com acordo entre o conjunto de lideranças presentes naquele espaço (estes também podiam propor temas e conferências).

Também a partir dos depoimentos podem-se detectar dois momentos no percurso de atuação do Iepes. O primeiro se constituiu nesse que foi descrito até aqui, ou seja, de maior efervescência da participação no canal institucional oferecido para a manifestação dos diversos posicionamentos, de promoção de eventos com intelectuais de notoriedade com um alto grau de atração de um público variado e de produção de documentos de formação política. O segundo momento seria resultante de uma ruptura, caracterizada por alguns entrevistados como “racha” ou “golpe”, e se constituiria na realização de atividades com baixa expressividade e numa diminuição significativa da inserção dos “quadros” à esquerda do MDB.

Esta ruptura, não por acaso, é grifada por aqueles membros (com posições mais “à esquerda”) que se retiraram do Iepes. O “racha” aparece como produto do crescimento acentuado do instituto, suscitando, assim, a disputa entre os que queriam maior autonomia frente ao partido e os que adotaram a postura de “centralização”, isto é, desejavam canalizar para o partido os trunfos conquistados:

O IEPES terminou para nós, do nosso ponto de vista, terminou no dia que o Simon chamou o André e disse assim: olha, o comandante do 3º Exército mandou fechar essa brincadeira ou fecha o partido, uma das duas. O André que propôs uma medida conciliatória, o IEPES passaria então a ter uma direção orgânica. Nós éramos contra. Nós queríamos sempre que a assembléia geral fosse a instância diretiva principal. E burocratizou o IEPES, acabou com aquela assembléia geral,

aquela mesa de debates permanente e instituiu uma direção formal: André Forster, Cristiano Tatsch, e tal. Nós caímos fora, nós e todos os outros (entrevista 9 jornalista, ex-PDT, atualmente filiado ao PT).

[...] dentro do MDB, começa: olha aí, os caras tão... Quer dizer, ao mesmo tempo que vêem que é bom pra eles, eles se preocupam: opa! Os caras são, tem gente meio radical. E dentro do IEPES começou haver os primeiros sinais de determinadas coisas. Por exemplo, o Forster percebeu que... bom, só fazendo um parêntese: o IEPES a gente começou a trabalhar ele todo bonitinho coisa e tal, mas chegou um determinado momento: pô, mas, nós temos que decidir a direção do IEPES. Nós temos que escolher a direção, e daí foi o primeiro choque, primeiro e último. Alíás, vinha uma coisa meio de bastidores, mas na questão da escolha da direção, talvez até tenha sido um erro nosso, nós firmamos o pé que deveria ser escolhido pelo conjunto da direção quem deveria ser o secretário geral, o coordenador do IEPES. E o Simon não abria mão, ele nomeava e era o Forster... nós queríamos fazer escolha direta, que era a nossa prática desde a universidade [...] (entrevista 8: dirigente do sindicato dos previdenciários e dos sociólogos, s/ vinculação partidária).

Uma segunda parcela de entrevistados narra de forma contínua o desenvolvimento do Iepes. Nestes não há menção ou detalhamento das reuniões semanais, as ênfases recaem basicamente nos investimentos iniciais em direção à organização do instituto e o significado que adquiriu em decorrência dos “famosos seminários”. Estes que contam linearmente a “história do Iepes” são referidos - com base na totalidade de entrevistas realizadas (computando aquelas que não estão sendo utilizadas nesta etapa) - como “o pessoal que estava com o Forster desde o início” e ligados à direção do MDB. Para as versões que assinalam a ruptura, são estes os mesmos que permaneceram depois do “golpe” como direção do Iepes⁹.

A versão intermediária é dada por um membro cujas posições são identificadas também pela totalidade dos entrevistados, inclusive defendida por ele mesmo, como de “independente”. Este participa do “racha” e afasta-se do instituto, todavia retorna depois de um ínterim às atividades, a convite de Forster, numa tentativa de “rearticulação do Iepes”:

O André que era o condutor, tinha feito uma aliança com o Simon, que era o líder das oposições aqui, e que era uma espécie de fiador daquele espaço. E nós tivemos uma disputa interna, começamos a contestar o André, ter um esquema de administração do IEPES que fosse tirado daquela assembléia. Aí fizemos uma eleição, ganhamos a eleição, contra ele, e com a idéia de que eles estavam muito subordinados à liderança parlamentar do MDB, aquele espaço tinha que

ter mais independência, mais autonomia... Aconteceu uma coisa que era previsível: não teve mais reuniões, suspendeu-se as atividades do Iepes durante meses. Aí o André, que era uma pessoa muito determinada, depois procurou as pessoas, chamando para reuniões. Aí num contexto diferente, não tinha mais aquele fórum, reunião regular, passou então a convocar as pessoas já pra fazer coisas, organizar um seminário, organizar um curso (entrevista 4: professor universitário, Secretário de Planejamento do governo PMDB/RS).

Na seqüência do depoimento, há a justificativa do retorno com o mesmo argumento predominantemente utilizado para explicar a entrada no momento de organização da instância de interlocução sustentada pelo partido de oposição. Isto é, que aquele era o canal de expressão política legítimo nas condições em que se estava imerso:

Nós aprendemos que se quiséssemos fazer alguma coisa inteiramente independente, fora do comando da liderança parlamentar, não ia ser na Assembléia e com o apoio deles. Aquilo dependia muito da consagração institucional que a oposição parlamentar dava. Sem o MDB não tinha Assembléia, sem Assembléia não tinha a cobertura institucional do parlamento. Aí tu voltavas para organização clandestina, vida sindical, movimento estudantil, o que fosse. Aquele espaço, na fronteira institucional com a sociedade civil, o esquema era esse, o IEPES era um lugar no qual tu podes estabelecer uma ponte entre a liderança política parlamentar e a sociedade civil. Era uma relação de força. Ou se reconhecia a liderança e a ascendência e a hegemonia de quem estava na frente da luta parlamentar, ou tinha que se adotar outros canais, instrumentos de participação. E como a história estava com eles, quer dizer, os outros caminhos eram os mais restritos, difíceis. Acabou na passagem do tempo, na opção pela luta democrática, a condução dos parlamentares do MDB foi se consolidando como a via principal. Acabamos por nos integrar, nos render e aceitar a participação. Eu trabalhava na Assembléia nesse momento, foi muito duro admitir, muito injusto nós derrotarmos o André assim, um trabalho que ele tinha feito laboriosamente, uma costura super delicada (Entrevista 4: professor universitário, Secretário de Planejamento do governo PMDB/RS).

O trecho da entrevista demonstra alguns elementos que merecem destaque. A importância da dimensão institucional para a viabilidade e para a segurança da realização das tarefas de formulações políticas é o primeiro (que é corroborado por outros depoimentos inclusive como arrependimento quanto ao “racha no Iepes”). A seguir, detecta-se a divisão dos quadros entre aqueles que alternavam a militância no Iepes com vínculos com organizações estudantis, clandestinas, sindicais, etc. e aqueles que priorizavam a participação no instituto (vinculados

ao MDB e à liderança de André Forster) ou eram independentes (logo sem vínculos externos). Isso esclarece o significado atribuído ao termo “independente”, geralmente designando a não ocorrência de “dupla militância” (segunda a própria classificação utilizada pelos entrevistados).

Grifa-se, mais uma vez, o papel desempenhado pelo IEPES de intercâmbio entre forças políticas distintas, o encontro de expectativas que o mesmo promovia e sua singularidade como um espaço de diálogo “intelectual” localizado na fronteira entre o “mundo institucional” e a “sociedade civil”. Este último aspecto pode ser detectado na passagem abaixo:

Uma coisa que eu acho importante é o seguinte: na verdade as primeiras aparições públicas desses intelectuais paulistas nessa faixa de diálogo são feitas aqui. Porque lá em São Paulo eles não tinham espaço pra fazer isso, nem no Rio. Isso foi uma coisa que o MDB do RS que abriu espaço que em 70,74, no restante do Brasil não tinha um. Ou as pessoas estavam militando clandestinamente ou estavam no sindicato, nas corporações mas num espaço que não fosse nem corporativo e nem clandestino, um espaço aberto, organizado, não tinha. Aqui no RS tinha uma coisa assim (entrevista 4: professor universitário, Secretário de Planejamento do governo PMDB/RS).

A convivência de projetos políticos diferentes se traduz na dinâmica de lutas internas ao Instituto, mas igualmente nos sentidos que os diferentes grupos a ele atribuíam. Isso explica, em parte, as ênfases ora na continuidade, ora na ruptura e o trabalho de reconstituição que os entrevistados realizaram.

A importância adquirida pelo Iepes refletira-se, ainda, na candidatura de André Forster a deputado estadual nas eleições de 1978. Apresentando-se como sociólogo, secretário executivo do Iepes, membro do Conselho Estadual do Setor Jovem e assessor direto de Pedro Simon, ele conta na sua campanha com o engajamento de uma série de lideranças jovens que reconhecem na sua proposta a melhor tradução das aspirações oposicionistas e, nas suas posições, uma interpretação adequada para a passagem à democracia e desta ao socialismo. André Forster, ao lado de Américo Coppeti, polariza as opções à esquerda do MDB gaúcho naquela eleição¹⁰. Porém, esta polaridade não significava uma rivalidade entre os candidatos que dividiam as escolhas da “esquerda” no momento, a divisão dos aderentes expressava, por um lado, uma série de alinhamentos anteriores e desenhava cenários partidários futuros; por outro lado, há constantemente a ênfase nas solidariedades entre as candidaturas, que é condizente com o trabalho de afirmação dos sujeitos e dos seus espaços em relação aos demais grupos.

No conjunto dos relatos, a campanha de André Forster constituiu um fato marcante pelo significado oposicionista e pela propagação dos elementos que compunham então o “ideário esquerdista” dos militantes analisados. Isso pode ser notado nas descrições abaixo de um militante da campanha de André Forster e de outro que, inclusive, trabalhou em prol da proposta de Américo Copetti:

[...] a campanha do André [...] quando estavam uns dois meses, três meses, da campanha, eu entrei e a gente fez assim, a coordenação era mais ampla, na verdade uma abordagem mais light acabamos vendo que não dava certo. Então, nós retomamos essa tática parecida com a do Marcos [Klassmann]. Fizemos um panfleto violento também de ataque frontal e aí a campanha começou a deslanchar. Também várias o André foi detido, inclusive no segundo ‘panfletão’ da campanha nós colocamos uma foto dele sendo preso pela brigada, sendo detido (entrevista 5: jornalista, empresário, PT).

Em 78, o Forster foi candidato a deputado estadual, e foi uma campanha bem marcante, bacana, bem organizada, bem trabalhada. Tinha uma referência anterior que era a campanha do Klassmann, apoiada pela Tendência Socialista, bem classista, marcando as diferenças do tratamento do poder público municipal em relação aos bairros centrais e periferia. E a campanha do Forster em 78 bem voltada para a porta de fábrica, foi uma campanha que inovou, também foi o caso da do Klassmann. Chamava a atenção porque tinha tipo um jornal de campanha, distribuído em porta de fábrica. To falando isso porque fazer campanha em porta de fábrica é uma obviedade, os políticos tradicionais também faziam, mas o Forster fazia uma campanha em porta de fábrica pra operário, de interesse pro operário (entrevista 7: assessor parlamentar).

Considerações finais

CABE, POR FIM, RETOMAR O ARGUMENTO do entrecruzamento entre a esfera política e a esfera intelectual possibilitada pelo instituto aos “jovens quadros” que se afirmavam na luta institucional. Para tanto, o diálogo com o trabalho de Sorj (2001) sobre o Cebrap é pertinente para sublinhar alguns aspectos que chamam a atenção na descrição feita ao longo do capítulo. Levando em conta a interlocução entabulada com Pécaut anteriormente, e a própria inspiração original de constituir um “cebrapinho”, ou um instituto de elaboração intelectual no espaço político aos moldes do Cebrap, suscitam algumas considerações a título de balanço do que foi apresentado até aqui.

De fato, em alguns aspectos o itinerário e o significado do Iepes se assemelharam aos do Cebrap descrito por Sorj (2001). Inicialmente, no que

toca à sua formação atrelada à existência prévia de um grupo de discussão “marxista” no âmbito universitário. No que tange à organização interna, tanto o Cebrap como o Iepes, foram marcados pela inexistência de estruturas formais, pela existência de grandes mesas de debates internos assistidas por um público de estudantes e “intelectuais”, e por trabalhos produzido *ad hoc*. Além disso, para ambos há a identificação do seu “período heróico” durante a primeira metade dos anos 70 e é ressaltado o refúgio dado para pessoas de identidades ideológicas variadas perseguidas pelo regime.

Outros aspectos poderiam ainda ser enfatizados, principalmente o fato de que assim como o Cebrap, o Iepes “funcionou como uma espécie de ponte e de ‘filtro’ geracional” (Sorj, 2001:28), e que tanto um quanto outro devem parte do seu êxito à mediação operada por sociólogos (Fernando Henrique Cardoso no Cebrap e André Forster no Iepes) entre a academia e o MDB. O objetivo não é o de estabelecer uma analogia entre o Instituto (partidário) e o Centro (acadêmico), o que seria completamente arbitrário, mas indicar traços comuns de intersecção entre a dimensão intelectual e a dimensão política na década de 70.

Desse modo, a experiência inaugurada pelo MDB gaúcho através do Iepes e dos grupos de militantes políticos que dele participaram é particularmente significativa. Em primeiro lugar, por ter sido um instituto de estudos localizado em um partido político e viabilizado por sua vida interna; em segundo lugar, por ter tido explícito objetivo de formação ideológica possibilitada pelo diálogo com o meio intelectual (sobretudo acadêmico); e, em terceiro lugar, por ter englobado uma variedade de correntes com aspirações diversas, em que a interlocução, por parte da direção do partido, buscava assegurar uma “unidade de ação e de linguagem” (Documento da Convenção Regional de 1975).

O Iepes foi um instituto organizado para promover o diálogo político e intelectual e abrigou os setores situados à esquerda do espectro de forças que coabitavam o MDB, possibilitando, então, o debate entre políticos, estudantes, professores universitários, militantes de esquerda em geral e intelectuais de projeção nacional. Além disso, quando os participantes se remetem ao período em questão, as ênfases dadas ao instituto e a suas atividades o constitui como uma referência comum a uma “geração” de políticos que contemporaneamente se destacam no cenário público sul-rio-grandense sob a égide de diferentes siglas partidárias.

No contexto sul-rio-grandense, os produtos provenientes da intersecção entre as elaborações intelectuais e a política são exemplares na definição das percepções sobre a conjuntura nacional. Entretanto, a singularidade deste *locus* é justamente a possibilidade de focalizar a interferência intelectual no trabalho

político, ao invés de atentar para a intervenção da política no trabalho intelectual. Isto se expressa pelo fato de que o MDB gaúcho investiu em criar no seu interior, no início da década de 70, um instituto de estudos com o fim explícito de promover o incremento da formação política (ou “desenvolvimento da arte da voz”) a partir da realização de encontros com lideranças intelectuais de destaque nacional: o Iepes (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais).

O público alvo a ser atingido por este instituto era composto de estudantes, professores universitários e jovens militantes do MDB. Entretanto, o alcance que ele abarcou com a intensificação de suas atividades se refletiu no recrutamento, nos seminários com intelectuais de notoriedade, de pessoas com as mais variadas proveniências sociais e políticas.

NOTAS

1 Ver Reis (2001).

2 PEDRO JORGE SIMON nasceu em Caxias do Sul (RS), no dia 31 de janeiro de 1930. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Fez pós-graduação em Economia Política no Instituto de Economia da PUC; especialização em Economia Política e Direito Penal pela Universidade de Sorbonne, Paris, e realizou estudos sobre direito na Faculdade de Direito em Roma. Em 1956 foi eleito presidente da Junta Governativa da UNE. Ingressou na política em 1960, quando foi eleito vereador e líder da bancada do extinto PTB em Caxias do Sul. Foi eleito deputado estadual em 1962, sendo reeleito nas legislaturas subsequentes. Em 1978 foi eleito senador da República. Foi vice-líder da bancada do MDB no Senado. Foi ministro da Agricultura de 1985 a 1986 e governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990. Foi reeleito senador em 1990, para mandato a iniciar-se em fevereiro de 1991, e, no último pleito, em outubro de 1998, obteve sucesso, garantindo nova recondução, para mandato de 1999 a 2007.

3 ANDRÉ FORSTER realizou seus estudos primários e secundários em Santa Cruz do Sul, lugar onde nasceu. Em 1964, transferiu-se para Porto Alegre quando ingressou na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, trabalhou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária como assessor técnico. Durante o período universitário foi secretário-geral do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS, entre 1965 e 1966, e, depois, seu presidente, entre 1966 e 1967. No início dos anos 70, assumiu a presidência da Associação Gaúcha dos Sociólogos, exercendo o cargo até o ano de 1977. Também no ano de 1972, ele ingressava na Universidade do Vale do Rio dos Sinos para lecionar Sociologia e Ciência Política. Como professor universitário permaneceu até o ano de 1982. Ingressou no MDB, na assessoria do então Deputado Estadual Pedro Simon, na época presidente do partido, no início da década de 70. No ano de 1972, criava-se o Iepes- Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais e em 1978 foi candidato a deputado estadual representando o Instituto. Foi eleito vereador, em 1982, exercendo seu mandato até o ano de 1986. Nesse período, de 1982 a 1984 foi líder da bancada; de 1984 a 1986, exerceu o cargo de presidente da Câmara de Vereadores. Em 22 de março de 1996 recebeu, na Câmara de Vereadores, o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre. Foi ainda candidato a deputado estadual constituinte em 1986, Secretário de Estado e presidente estadual do PMDB na década de 90.

4 A consolidação de uma competência política associada às qualidades técnico-profissionais dos economistas é analisada por Loureiro (1992). A autora estuda as origens e os processos de valorização de habilidades como o uso de modelos matemáticos, a previsão de cenários, a elaboração de projetos de investimento e desenvolvimento e, principalmente, “a capacidade de pensar a economia em termos globais e a disposição para intervir em seus processos” (p. 49). É importante reter que tal valorização é resultado de um trabalho coletivo e histórico de grupos e instituições pertencentes aos meios acadêmicos e governamentais, expressando interesses e ideologias e as disputas internas existentes no campo econômico.

5 A inserção em um ambiente de “exceção política” promove laços de contemporaneidade entre um conjunto de indivíduos que se reconhecem (no presente) na “mesma situação” (no passado). Este “sentimento de contemporaneidade”, bem como a excepcionalidade histórica e militante construída, são principalmente produtos das avaliações retrospectivas sobre o período e o ambiente em questão. A reivindicação da idéia de geração atualiza o círculo de reconhecimento que confere status àqueles que conseguem se situar nas suas fronteiras e dela retiram atributos, identificações e triunfos políticos nas suas lutas contemporâneas. Assim, a categoria “geração” aproxima os personagens que nela se inserem e reivindicam tal inserção, ligando uns aos outros e estes aos eventos marcantes das suas afirmações no espaço político gaúcho e delinea os contornos de uma gama de repertórios comuns. Sobre a idéia de *círculo de reconhecimento* nas construções identitárias, ver Pizzorno (1989), sobre os problemas de reificação e operacionalização da categoria “geração”, ver Favre (1989), para uma análise da emergência da categoria, obstáculos e potencial heurístico, ver Nora (1997).

6 Conforme destacou Ferreira (1996) no seu estudo sobre o “trabalho de memória” entre mulheres que militaram na da luta armada: “deve-se buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam dos relatos” (p. 105).

7 Além das vindas ao RS em decorrência da realização da tese sobre o sistema escravista gaúcho, Fernando Henrique participou como conferencista da Semana de Sociologia ocorrida em Porto Alegre em novembro de 1968. O título da conferência proferida foi “Ideologia e Desenvolvimento”.

8 O Debate em torno das eleições de 1976 é revelador de uma série de sentidos atribuídos à política e distingue os itinerários dos sujeitos pesquisados, merecendo, portanto, um tratamento específico, o que será feito no capítulo 4. Para a descrição do IEPES enquanto uma esfera de intervenção política da “esquerda” na década de 70 vale ressaltar o reconhecimento conquistado pelo instituto, localizando-se no centro dos debates acerca dos caminhos da oposição emedebista.

9 É preciso marcar que os depoimentos não foram “induzidos” (não foi pedido a nenhum dos entrevistados que falassem sobre este acontecimento específico). A questão relevante aqui é a da seletividade da memória apontada por Pollak (1989) e a rejeição da atribuição de um cálculo racional ou cínico na apresentação das versões ou relatos factuais, mas sim como instrumentos de reconstrução da identidade.

10 Havia outras candidaturas denominadas “populares” e “progressistas”, contudo tomando o engajamento dos entrevistados e os resultados eleitorais estas se mostraram centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, E. F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

FAVRE, P. De la question sociologique des générations et de la difficulté à la résoudre dans le cas de la France. In: FAVRE, P. e CRÊTE, J. (Orgs.) *Génération et Politique*. Paris: Economica et PUL, 1989, p. 283-321.

FONTES, V. M^a G. de M. *Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et pensée politique au Brésil contemporain*. Paris, Tese de doutorado, Universidade de Paris X, 1996.

NORA, P. La Génération. In.: NORA, P. (org.). *Les Lieux de Mémoire*. vol. 2, Paris: Gallimard, 1997, p. 2975-3015.

PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIZZORNO, A. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In. Foxley, A. (et alii). *Desenvolvimento e Política*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 366-386.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, vol 2, nº3, p. 3-15, 1989.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.